

Simulado do Exame de Ordem – Direito Administrativo

PEÇA PROFISSIONAL

01) Pedro Salustiano Gouveia, engenheiro civil, casado, residente e domiciliado em Fortaleza à rua Nunes Valente, n, 330, apt. 801, Meireles está regularmente inscrito no presente concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal. O candidato foi aprovado, mas não foi classificado para a segunda fase do concurso que é o curso de formação de 03 meses em Brasília. Estão disponíveis 250 (duzentos e cinquenta) vagas e foram classificados 500 (quinhentos) candidatos, que corresponde ao dobro do número de vagas disponíveis, para seguir no concurso, fazendo o referido curso de formação. Pedro Salustiano ficou na posição de número 502. Ocorre, no entanto, que na prova de Direito Administrativo foi cobrada uma questão que não constava no programa (questão 46 que versava sobre Desapropriação) previsto no respectivo edital. Sendo anulada referida questão e atribuída a pontuação da mesma a todos os concorrentes, ficará o mesmo (Pedro Salustiano) entre os 500 melhores. Objetivando a nulidade da referida questão, bem como seguir no referido concurso, participando do curso de formação, Pedro Salustiano lhe procura para que seja ajuizada a ação cabível. Elabore a peça mais adequada ao pedido do requerente.

QUESTÃO 01:

Disserte acerca da possibilidade de se contratar um artista para protagonizar uma campanha publicitária da União Federal, como por exemplo a contratação da Xuxa para ser protagonista da campanha de vacinação contra o sarampo.

QUESTÃO 02

O Poder Judiciário poderá revogar seus atos administrativos e, ao exercer função jurisdicional, poderá revogar os atos administrativos dos outros Poderes (Executivo e Legislativo)? Justifique suas respostas.

QUESTÃO 03

O Consórcio Público sempre fará parte da Administração Indireta dos entes consorciados? Justifique sua resposta.

QUESTÃO 04

Em 1981, João passou a ocupar, sem prévia aprovação em concurso público, um cargo efetivo de auxiliar administrativo, em administração direta municipal. Em 1985, seu irmão, Tomás, passou a ocupar cargo efetivo de fiscal, em autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, também sem prévia aprovação em concurso público. Levando em conta que a lei não declara tais cargos de livre exoneração, que ambos permanecem em exercício desde a data de suas posses, bem assim as disposições de nossa Constituição Federal sobre a matéria, pode-se afirmar que ambos são estáveis no serviço público? Justifique sua resposta.

QUESTÃO 05

Na desapropriação indireta, são devidos juros compensatórios, considerando a inexistência de imissão provisória na posse do bem? Justifique sua resposta.